A Polícia Federal deflagrou na madrugada desta terça-feira a 30ª fase da Operação Lava Jato. A etapa, batizada de Vício, tem como alvo negócios intermediados pelo ex-ministro José Dirceu. Os policiais federais cumprem dois mandados de prisão preventiva, 28 de busca e apreensão e nove de condução coercitiva em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Não foi divulgado, até o momento, o nome dos investigados. As investigações apuram contratos e repasses de valores indevidos entre empresas contratadas da Petrobras, funcionários da estatal e agentes públicos e políticos.

A Vícios se concentra na ação de três grupos de empresas suspeitas de terem se utilizado de contratos fictícios de prestação de serviços para repassar recursos a operadores por meio das diretorias de Serviços e Engenharia e de Abastecimento da Petrobras. Os valores, segundo os investigadores, faziam tinham como destino integrantes do PT e do PP que participavam do esquema de corrupção da estatal.

Condenação

No último dia 18, o juiz Sérgio Moro condenou José Dirceu a 23 anos e três meses de prisão por corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa. A sentença desta quarta-feira (18) é a segunda contra o petista por crimes de corrupção. Em 2012 ele foi condenado no mensalão.

Dirceu está preso em Curitiba desde agosto de 2015. Ele cumpria pena em regime domiciliar, decorrente do mensalão, quando foi detido pela Polícia Federal acusado de envolvimento no caso de corrupção na Petrobras. O ex-ministro foi punido por corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa. A pena deverá ser cumprida inicialmente em regime fechado e ainda cabe recurso.

Repescagem

A ação da PF ocorre um dia após a deflagração da 29ª etapa da Lava Jato, a Repescagem. Um dos principais alvos é o ex-assessor da liderança do PP na Câmara João Cláudio Genu, que teve pedido de prisão preventiva decretado.

Genu era assessor do ex-deputado José Janene (PP-PR), morto em 2010 e acusado de participar do mensalão e do petrolão. De acordo com a PF, o ex-assessor recebeu cerca de R$ 2 milhões em propinas entre 2005 e 2013 no esquema investigado pela Lava Jato. Genu já havia sido alvo de busca e apreensão na fase batizada como Politeia, a primeira da operação no âmbito do STF, em julho de 2015.

Genu foi, juntamente com Janene, denunciado ao Supremo Tribunal Federal acusado de sacar cerca de R$ 1,1 milhão em espécie das contas da empresa SMP&B Comunicação, controlada por Marcos Valério Fernandes de Souza, para repassar a parlamentares federais do Partido Progressista.

À época, Genu foi condenado pelo STF por corrupção e lavagem de dinheiro, mas houve prescrição quanto ao crime de corrupção e, quanto ao crime de lavagem de dinheiro, ele foi posteriormente absolvido no julgamento de vários embargos infringentes. De acordo com a Polícia Federal, durante as investigações da Lava Jato, surgiram indícios da participação de Genu também no esquema de corrupção envolvendo contratos com a Petrobras. As investigações indicam que ele continuou recebendo repasses mensais de propina, mesmo durante o julgamento do mensalão e após ter sido condenado. Os repasses ocorreram, no mínimo, até 2013.

“Já é possível fazer paralelo entre o mensalão e a Lava Jato com nitidez mais aprofundada neste momento. No mensalão, Genu foi condenado por ter sacado R$ 1,4 milhão. Na Lava Jato, temos mais de R$ 2 milhões de pagamentos comprovados de propina”, destacou o delegado federal Luciano Flores.

Mais sobre Operação Lava Jato